

ACESSO E A PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: CONCEITOS E APLICABILIDADES

TATE OF KNOWLEDGE: PERMANENCE IN EAD AND THE QUALITY OF THE TRAINING PROCESS

Gisele Cordeiro do Rocio – UNINTER;
Janice Mendes da Silva – UNINTER
<gisele.c@uninter.com>, <janice.s@uninter.com>

Resumo. O presente estudo analisa o acesso, permanência e qualidade na educação a distância (EaD), destacando desafios como a evasão e a importância do professor no processo formativo. Embasado em dados e estudos recentes, reflete-se sobre a legislação educacional brasileira, a reestruturação produtiva e fatores determinantes da evasão, apontando caminhos para promover melhores condições de aprendizagem e permanência dos estudantes.

Palavras-chave: Educação a distância, qualidade, acesso, permanência, pedagogia.

Abstract. The present study analyzes access, permanence and quality in distance education (DL), highlighting challenges such as dropout rates and the importance of the teacher in the training process. Based on recent data and studies, it reflects on Brazilian educational legislation, productive restructuring and factors determining dropout rates, pointing out ways to promote better learning conditions and student retention.

Keywords: Distance education, quality, access, permanence, pedagogy.

1 Introdução

O acesso e a permanência na educação a distância (EaD) suscitam reflexões sobre a legislação educacional brasileira, especialmente os artigos 205, 206 e 208 da Constituição Federal de 1988, que reafirmam a centralidade da educação como direito social e estratégia para o desenvolvimento do país.

Apesar das políticas de democratização do acesso, os índices de evasão nos cursos EaD permanecem elevados, diminuindo desafios complexos, como a dificuldade de adaptação às metodologias virtuais, barreiras econômicas e fragilidades no processo formativo.

Este artigo analisa esses fatores, destacando a relevância da qualidade educacional, do suporte institucional e, sobretudo, do papel docente na promoção de estratégias que favorecem a permanência e o sucesso dos estudantes no ensino a distância.

2 Constituição do campo da Educação a Superior no Brasil: qualidade do processo formativo

Pesquisar sobre acesso e a permanência na educação a distância e a qualidade do processo formativo implica refletir sobre a legislação educacional brasileira, pois, desde 1988, a Constituição Federal aborda a proteção dos direitos sociais e do direito à educação, o que pode ser encontrado nos artigos 205, 206 e 208 (BRASIL, 1988).

Na década de 1990, com a ascensão de governos neoliberais, foram promovidas reformas educativas em diversos países, de acordo com recomendações elaboradas por organismos multilaterais, como o Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), entre outros. O Brasil não foi exceção no contexto dessas reformas que, segundo alguns analistas, são caracterizadas pelo neoconservadorismo (SAVIANI, 2008).

Mudanças significativas compõem o cenário educacional brasileiro, sobretudo, a partir da promulgação da LDBEN nº 9.394/1996. Essas mudanças estão profundamente ligadas à reestruturação produtiva, à divisão social do trabalho, à conciliação dos partidos e às lutas dos movimentos sociais da recomposição de forças para o governo do Brasil. O próprio processo de tramitação da LDBEN citada é um retrato dessa constatação.

A centralidade da educação é assim estrategicamente reafirmada em documentos oficiais e na definição de políticas governamentais, pois se diz que a reestruturação produtiva exige novas competências, cujo desenvolvimento demanda sempre níveis superiores de escolaridade. A educação torna-se processo para a vida inteira (*long life education*) e todo lugar torna-se lugar de aprendizagem, com vistas a adequar-se ao mercado de trabalho (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2002, p. 12).

Cabe citar também o atual Plano Nacional de Educação (2014-2024), que traz metas relacionadas à educação superior. A meta 13 do Plano, que propõe elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente, é uma meta significativa ao se pensar que um dos aspectos para que um curso tenha qualidade é a formação de seus docentes. Quanto à ampliação da titulação dos docentes, o Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação (2018, p. 50) indica que “[...] verificou-se um crescimento de 7,5 p.p., alcançando o resultado de 39,8% em 2016. A meta nacional estabelecida pelo PNE, nesse caso, foi superada no ano de 2014.

Um dos passos mais importantes para garantir a educação superior de qualidade é ter um bom quadro de profissionais dando aulas. Aumentar a quantidade de mestres e doutores dando aula nas universidades e faculdades brasileiras, inclusive no setor privado, é um desafio para garantir o melhor aprendizado para os alunos.

Meta 14: elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 mestres e 25.000 doutores. (BRASIL, 2014).

O Brasil ainda é um país que forma poucos mestres e doutores proporcionalmente à sua população. Mudar essa realidade garante que os profissionais brasileiros estejam mais qualificados para o mercado de trabalho, inclusive aqueles ligados à educação. Nesse sentido, aumentar a oferta e a qualidade dos cursos presenciais e a distância de pós-graduação é o desafio para os próximos anos.

Apesar da expansão do número de instituições, isso não significa que o acesso e a permanência na educação superior também aumentaram, já que isso depende de muitas variáveis. De acordo com o Mapa do Ensino Superior (2021), “[...] em 2012 o total de ingressantes com Fies representava 9,3% e passou a 21,3% em 2014. A partir de 2014, essa porcentagem caiu para 11,5% em 2015 e chegou a 7,2% em 2016”.

No primeiro semestre de 2018, com o novo Fies, foram ofertadas 80 mil vagas e até julho deste ano só 42 mil contratos foram assinados, embora a oferta de bolsas tenha aumentado, pois o programa ofertou 362 mil bolsas (172 mil integrais e 190 mil bolsas parciais), número maior que o de 2016, quando foram ofertadas cerca de 329 mil bolsas. Verifica-se aqui a sobra de vagas pela entrada do ProUni, o que permite afirmar que apenas o acesso não é suficiente para que se tenham alunos na educação superior e para que eles permaneçam até o final de seus cursos.

Sobre a permanência, cabe citar que conforme o Mapa do Ensino Superior (2021, p. 45), as áreas que mais perderam em participação no número de concluintes ao longo da década foram: Ciências, Matemática e Computação e Educação. E a taxa de evasão dos cursos presenciais no país, em 2016, atingiu o índice de 30,1% na rede privada e 18,5% na rede pública. Nos cursos EAD, no mesmo ano, o índice chegou a 36,6% na rede privada e 30,4% na pública, o que comprova que

mesmo o estudante sendo beneficiado pelas políticas de acesso, isso não garante sua permanência no curso.

De acordo com Tarcia et al. (2016, p. 15), a qualidade na EaD estabelece-se a partir de uma reunião de fatores que, articulados entre si, definem as condições favoráveis para a aprendizagem. Sendo assim, para analisar a qualidade na educação a distância (EaD), torna-se necessário considerar um conjunto de elementos ou de aspectos que constituem a ação educativa.

3 Acesso e permanência na educação superior a distância

Independentemente da modalidade, presencial ou a distância, a evasão tem múltiplas causas e depende do contexto social, cultural, político e econômico na qual a instituição está inserida. Furtado e Alves (2012), em suas pesquisas, analisaram os fatores determinantes da evasão universitária dos alunos da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, com o objetivo de identificar quais as variáveis que possuíam maior importância na decisão deles em evadir ou não. Após a análise realizada, constataram que os motivos mais relevantes para explicar a evasão foram disciplinas canceladas, média nas disciplinas, percentual de disciplinas concluídas, município de residência, os custos de transportes e a dificuldade de acesso.

Conforme Woodley e Sumpson (2015, p. 483), o melhor preditor da retenção de estudantes é a motivação. Os serviços de retenção precisam compreender a motivação, basear-se nela e lidar com os problemas que a reduzem.

As razões para abandonar os estudos na educação superior são muitas e variadas. A evasão é, certamente, um dos problemas que afligem as instituições de educação em geral, pois, Segundo Baggi e Lopes (2011, p. 1),

[...] a evasão é um fenômeno social complexo, definido como interrupção no ciclo de estudos. É um problema que vem preocupando as instituições de ensino em geral, sejam públicas ou particulares, pois a saída de alunos provoca graves consequências sociais, acadêmicas e econômicas.

Tontini e Walter (2014, p. 1) explicam que, para os estudantes, isso pode ocasionar o atraso ou o cancelamento de um sonho, além da perda de oportunidades de trabalho e de crescimento pessoal. Um dos fatores que dificulta a conclusão da educação superior pode estar situado na trajetória de escolaridade dos estudantes, que segundo Baggi e Lopes (2011, p. 5), é influenciada pelo capital cultural; a desigualdade social existente afeta diretamente aqueles estudantes de menor poder aquisitivo e é motivo de preocupação constante dos sistemas de ensino públicos e privados. Essa problemática já foi amplamente analisada por Bourdieu e Passeron (2014, p. 16) no livro *Os herdeiros*, quando mostram como o sucesso na educação superior tem relação com a origem social dos estudantes.

Lê-se nas chances de acesso ao ensino superior o resultado de uma seleção que, ao longo de todo percurso escolar, exerce-se com um rigor muito desigual segundo a origem social dos sujeitos, na verdade, para as classes mais desfavorecidas, trata-se puramente e simplesmente de eliminação [...].

Já Bardagi e Hutz (2012) realizaram uma pesquisa com o objetivo de verificar se a relação com colegas e professores teve alguma influência ou impacto na evasão universitária. O objetivo da pesquisa também foi o de compreender, a partir da visão de alunos universitários, os reais motivos do abandono do curso. Dentre os resultados da pesquisa realizada, os autores citam que a estrutura

curricular às vezes não favorece o envolvimento dos alunos em atividades como monitoria, bolsas de pesquisa, estágios, participação em representações discentes, grupos de estudo, entre outras.

Indicam, também, que as dificuldades nos vínculos e relacionamentos fragilizam não só a escolha, mas a própria percepção de si mesmo. “Ao não se envolverem com atividades acadêmicas, os participantes da amostra demonstraram uma experiência de graduação empobrecida e tendem a supervalorizar o contato com colegas e professores, suas fontes quase exclusivas de informação e apoio” (BARDAGI; HUTZ, 2012, p. 180).

Outro aspecto que chama a atenção nos resultados obtidos por esses autores é o fato de terem identificado, na fala dos alunos, a relevância do papel do professor universitário e também a fragilidade das escolhas iniciais feitas pelos jovens pelo curso superior. Andriola, Andriola e Moura (2006) também ressaltaram a importância do professor nos seus estudos sobre a evasão na educação superior. Realizaram uma pesquisa sobre o fenômeno da evasão discente em cursos de graduação da Universidade Federal do Ceará (UFC), na perspectiva de docentes e de coordenadores. Como resultados, apresentaram que a maioria dos coordenadores (87%) e dos docentes (74%) entrevistados apresentaram opinião favorável ao resgate da função do professor orientador, no âmbito interno da instituição. Atrelados a essa função, citam “[...] ser imprescindível a preparação do corpo docente, a disponibilidade de tempo para a execução dessa atividade e a existência de recursos materiais adequados a tal” (p. 8).

A evasão em cursos de EaD no Brasil apresenta-se como um dos obstáculos enfrentados pelas instituições. De acordo com pesquisa realizada pela Abed (2021, p. 78), das 109 instituições, 90 forneceram dados sobre evasão, obtendo-se as seguintes informações sobre as causas da evasão: “[...] falta de tempo para o estudo e participação nos cursos. Em seguida está a falta de adaptação à metodologia, apontado por 39 instituições, e, em terceiro lugar, o acúmulo de atividades de trabalho, apontado por 30 estabelecimentos como principal causa para evasão”.

4 Conclusão

A análise do acesso, permanência e qualidade na educação a distância evidencia que, apesar dos avanços nas políticas educacionais brasileiras, desafios estruturais persistem. A elevada taxa de evasão, especialmente em cursos EaD, reflete não apenas limitações individuais, como dificuldades de tempo ou adaptação metodológica, mas também questões sistêmicas, como fragilidades na escolha inicial dos cursos e na mediação pedagógica. Os dados reforçam a relevância de estratégias que integrem suporte acadêmico, fortalecimento do papel docente e melhorias nas condições institucionais, visando minimizar a evasão.

Assim, a garantia de qualidade na EaD exige abordagens articuladas que considerem o contexto social, cultural e econômico dos estudantes, reafirmando a educação como um direito e um processo contínuo de aprendizado, indispensável para atender às demandas contemporâneas do mercado e da sociedade.

Agradecimentos

Agradecemos à Universidade Internacional de Curitiba (Uninter) pelo apoio institucional, que proporcionou as condições possíveis para a realização da pesquisa.

Referências

ANDRIOLA, W.; ANDRIOLA, C. G.; MOURA, C. P. Opiniões de docentes e de coordenadores acerca do fenômeno da evasão discente dos cursos de graduação da Universidade Federal do Ceará (UFC). *Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.*, v. 14, n. 52, Rio de Janeiro July/Sept. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362006000300006&lng=en&nrm=iso&tlng=pto. Acesso em: 11 dez. 2024.

BAGGI, C. A. S.; LOPES, D. A. Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica. *Avaliação*, Campinas, v. 16, n. 2, Sorocaba, July 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772011000200007. Acesso em: 11 dez. 2024.

BARDAGI, M. P.; HUTZ, C. S. (2016) Rotina Acadêmica e Relação com Colegas e Professores: Impacto na Evasão Universitária. *PSICO*, Porto Alegre, PUCRS, v. 43, n. 2, p. 174-184, abr./jun. 2012. Recuperado de <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/7870>

BRASIL. **Censo EAD Brasil 2016**. Disponível em: http://abed.org.br/censoead2016/Censo_EAD_2016_portugues.pdf. Acesso em: 11 dez. 2024.

BRASIL. **Censo da Educação Superior 2021**. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2018/ce_nso_da_educacao_superior_2017-notas_estatisticas2.pdf. Acesso em: 11 dez. 2024.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 11 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**. Lei 13.005/2014b. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 11 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. **Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância**: versão preliminar. Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/referenciaisead.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2024.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Os herdeiros**: os estudantes e a cultura. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

FURTADO, V. V.; ALVES, T. W (2016). Fatores determinantes da evasão universitária: Uma análise com alunos da UNISINOS. *Contextus*, v. 10, p. 115 -129, 2012. Recuperado de: <http://www.contextus.ufc.br/index.php/contextus/article/view/502>

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M. de; EVANGELISTA, O. **Política Educacional**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

TARCIA, Rita Maria Lino. **Os significados da qualidade na EaD**. Disponível em: http://abed.org.br/censoead2016/Censo_EAD_2016_portugues.pdf. Acesso em: 11 dez. 2024.

TONTINIL, G.; WALTERLL, S. A. Pode-se identificar a propensão e reduzir a evasão de alunos? Ações estratégicas e resultados táticos para instituições de ensino superior. **Avaliação**, Campinas, v. 19, n. 1, mar. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v19n1/05.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2024.

WOODLEY, Alan; SIMPSON, Ormond. Evasão: o elefante na sala. In: ZAWACKI-RICHTER, Olaf; ANDERSON, Terry (Org.). **Educação a Distância On-line**: construindo uma agenda de pesquisa. São Paulo: Artesanato Educacional, 2015. p. 473-498.